

A “MODERNIDADE” E AS REPRESENTAÇÕES CAMPO X CIDADE: PARADIGMAS E PARADOXOS PARA (RE)PENSAR O MARANHÃO CONTEMPORÂNEO

MODERNITY” AND ITS REPRESENTATIONS RURAL X CITY: PARADIGMS AND PARADOXES TO (RE)THINK CONTEMPORARY MARANHÃO

JOSIANE CRISTINA CARDOSO DA SILVA¹

Resumo

Este artigo busca analisar as representações campo X cidade no Brasil, relacionando-as com o paradigma da “modernidade”, que buscou, desde a metade do século XVIII – quando de sua origem – uma ruptura com o passado e a tradição, relacionando-se, a partir dos séculos XIX e XX, com a questão do progresso e do desenvolvimento. Neste paradigma, o campo é associado ao lugar do passado, do antigo e da tradição e a cidade é associada ao desenvolvimento e à industrialização, sendo o lócus privilegiado da “modernidade”. Nesse sentido, indaga-se como tal questão é percebida no contexto maranhense, ou seja, como o discurso da “modernidade” se instaura no Maranhão, Estado eminentemente rural em termos de produção econômica. Dessa forma, observa-se um conflito entre a expansão do agronegócio, por um lado, e por outro, o grande número de comunidades quilombolas existentes no Estado, “tradicionais” por definição, o que evidencia os paradoxos da “modernidade” na construção do Maranhão contemporâneo.

Palavras-chave: Modernidade. Campo X Cidade. Comunidades Quilombolas. Maranhão Contemporâneo.

1 Assistente Social, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Atua nos seguintes temas: políticas públicas e estado multicultural; (etno)pobreza e comunidades quilombolas. E-mail: josiane.cardoso.silva@gmail.com

Abstract

This article seeks to analyze the representations field X city in Brazil, relating them to the paradigm of “modernity,” which sought, since the mid- eighteenth century - when its origin - a break with the past and tradition, relating, from the nineteenth and twentieth centuries, with the question of progress and development. In this paradigm, the field is associated with the place of the past, the old and the tradition, and the city is associated with the development and industrialization, and the privileged locus of “modernity”. Accordingly, we look into the issue is perceived as such in the context of Maranhão, that is, how the discourse of “modernity” is established in Maranhão State eminently rural, in terms of economic output. Thus, there is a conflict between the expansion of agribusiness, on the one hand, and on the other, the large number of maroon communities existing in the state, “traditional” by definition, which further highlights the paradoxes of “modernity” in the construction Maranhão contemporary.

Keywords: Modernity. Field X City. Maroon Communities. Maranhão Contemporary.

1 AS BASES RURAIS NA *DE-FORMAÇÃO* BRASILEIRA E MARANHENSE: introduzindo a questão

Pensar as representações acerca dos fenômenos, ou seja, pensar como eles são percebidos a priori pelos sujeitos, implica em refletir acerca de sua conformação histórica. Nesta perspectiva, parte-se do pressuposto de que as representações não estão “dadas” no ambiente, mas foram construídas socialmente, portanto, não são naturais, mas sim naturalizadas devido à sua repetição consecutiva. Isso também significa que elas podem mudar de acordo com os movimentos na sociedade e as forças sociais em disputa. Assim, pensar as representações acerca da relação campo X cidade no Brasil e no Maranhão implica em pensar a de-formação da sociedade nesses dois territórios, com seus contrastes e diversidades.

Nesse sentido, entendo como “formação da sociedade” não o ato pretérito inaugural que tenha dado origem a esta sociedade, ou seja, não é o que aconteceu no passado que de alguma forma deve ou deveria explicar automaticamente “o que, por que ou como somos” hoje. Assim, partilho do entendimento de Foucault (1979), de que não se deve buscar na origem dos fenômenos uma identificação com o mesmo, pois segundo ele, quando se olha para o passado, ocorre não uma identificação, mas um estranhamento. Assim, Foucault coloca que não há um continuum entre passado e futuro, como se houvesse uma “essência” que perdurasse ao longo do tempo, e estes não estão numa relação de causa e efeito.

Diante disso, é preciso analisar também a “de-formação da sociedade”, ou seja, os elementos presentes em sua *conformação* histórica e que ao mesmo tempo a *de-formam*, quer dizer, que “alteram sua forma”. Busca-se então analisar como as representações campo X cidade “alteram a forma” como são encarados o Maranhão e o Brasil. Como tais representações não estão dadas a *priori*, mas inseridas no paradigma da “modernidade”, analisa-se não apenas como esta conforma o Maranhão, ou seja, como ela influencia em sua formação atual, mas também se analisa como ela lhe de-forma, ou seja, como “altera sua forma” original, mudando a perspectiva de como o

encaramos a partir de então.

No caso do Brasil, sua de-formação se inicia no século XVI, quando este é inserido no Mercado Internacional, ainda no mercantilismo, como colônia de Portugal, responsável por suprir as necessidades de expansão territorial e econômica da metrópole através da produção de matérias-primas e, em troca, recebia produtos manufaturados. Nesse contexto é que se instaura a base agrário-exportadora brasileira, perfil que vai perdurar durante todos os períodos colonial, imperial e da república velha², só se alterando a partir da década de 30 do século XX, com o processo de substituição de importações e início da industrialização com o governo Vargas.

Importante observar que por que os países do centro capitalista já haviam feito importantes transformações tecnológicas e, portanto, não produziam mais os alimentos e a matéria-prima necessários para o autoconsumo e para o abastecimento das fábricas, outros países, principalmente da periferia, se “especializaram” nesse setor, inserindo-se assim na Divisão Internacional do Trabalho (Pochmann, s/ano). A industrialização também ocorreu, no Brasil, como resultado de mudanças na Divisão Internacional em que este país passou a produzir e exportar produtos manufaturados para o centro e a importar produtos tecnológicos.

Embora já tenham ocorrido outras alterações na Divisão Internacional do Trabalho, este estudo não se centraliza na análise das transformações econômicas do Brasil ao longo do tempo. No entanto, tal discussão permite perceber que na base da de-formação do caso brasileiro estão as raízes rurais que gradativamente vão sendo substituídas, mas não por completo, pela industrialização. Ademais, atrelada à consolidação da economia urbano-industrial, também está vinculado a esta um discurso “modernizante” que busca levar o Brasil rumo aos países do “Primeiro Mundo”. Tal discurso, principalmente a partir

2 Os produtos é que vão se alterando ao longo do tempo, como: a cana-de-açúcar, algodão, café, a pecuária extensiva, a borracha, o babaçu entre outros.

dos desenvolvimentistas³, pretende tirar o Brasil do “atraso”, tornando-o “moderno”.

Nesse cenário, o Maranhão tem origens semelhantes ao do resto do Brasil, no tocante à sua base rural, que, no período escravagista centrava-se na produção de cana-de-açúcar, algodão e arroz, e posteriormente, na produção de farinha (além do arroz) e na exploração do babaçu. Após o declínio das plantations, observa-se nos fins do século XX, um retorno das monoculturas para comercialização no mercado externo (e em menor quantidade para o interno), agora na produção de soja, eucalipto e cana-de-açúcar, num discurso de “modernização” da agricultura. Mas, indaga-se, em que o discurso da modernização industrial e da modernização da agricultura se relacionam com as representações campo X cidade? Ou seja, como a dita “modernidade” encara o urbano e rural?

Dessa forma, é a respeito desse contexto de “modernidade”, que nos países centrais se instaura com a Revolução Industrial e nos periféricos chega com a industrialização no século XX, que se passa a tratar agora, particularmente, evidenciando as relações desse processo com as representações acerca do “mundo rural” e do “mundo urbano” construídas historicamente e estando, hoje, consolidadas no senso comum e na comunicação de massa. Depois dessa discussão, busca-se entender como tal discurso chega ao Maranhão, evidenciando os paradoxos da “modernidade” em um Estado marcadamente rural.

2 AS REPRESENTAÇÕES CAMPO X CIDADE⁴ NO BRASIL: a “modernidade” como paradigma

As representações acerca tanto da relação como dos espaços campo-cidade, no Brasil, estão permeadas de imagens que,

3 O período estatal-desenvolvimentista inicia-se no Governo JK em 1945.

4 Neste texto o termo “representações campo X cidade” será utilizado entendendo-se que não se pode discutir acerca de um elemento sem citar o outro, assim, ao se falar de “campo” fala-se também de seu complemento, a saber, a “cidade” e vice-versa.

em geral, se apresentam como faces da mesma moeda. Tais imagens são percebidas em binômios, como: antigo/moderno, tradicional/progressista, arcaico/novo, estagnação/movimento, subdesenvolvido/desenvolvido, entre outros. Nesse sentido, ao campo é relegado, na maioria das vezes, o termo pejorativo da sentença enquanto que a cidade é associada ao espaço das luzes, ao lugar “em que as coisas acontecem, as pessoas se encontram e o mundo ganha movimento”.

Nessa perspectiva, tal representação é incorporada e naturalizada pela própria mídia, e principalmente pela televisiva, enquanto importante veículo de comunicação de massa, com seus personagens estereotipados como o “caipira” que chega à cidade grande, geralmente ingênuo, de linguajar carregado e com pouco estudo. Talvez uma primeira representação deste em progressão nacional tenha sido o Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, “caipira do interior paulista [...], preguiçoso, avesso à higiene pessoal, não usa calçado, é pobre e com pouco estudo” (SCHONORR, s/ano, p. 02).

No entanto, outras representações podem ser atribuídas ao campo X cidade, dessa vez, atreladas a sentimentos ou sensações, a saber: o campo sendo associado “a uma forma natural de vida-de-paz, inocência, tranquilidade e de virtude simples. À cidade associou-se a ideia de centro das realizações – de saber, comunicações” (WILLIAMS, 1989 *apud* SCHONORR, s/ano, p. 06). Nesse entender, o campo seria o lugar, devido à proximidade com a natureza, da tranquilidade, calma e mesmo de uma sensação de paz, em que as pessoas “dão mais valor às pequenas coisas”; já à cidade é atribuído o barulho, a velocidade, a agilidade, o nervosismo, a mesquinhez, além de atos como o engodo e o “tirar vantagem dos outros”.

No tocante à questão do tempo, que é representado pelo senso comum vulgar e científico como de ritmo rápido nas grandes cidades e de ritmo lento nas pequenas, Halbwachs (1990) coloca que este na verdade é o que é, nem rápido nem lento, mas simplesmente adequado às necessidades de cada estilo de vida. No caso do campo

o tempo se divide [...] segundo o curso da natureza animal e vegetal. É preciso aguardar que o trigo brote, que os animais tenham posto seus ovos ou nascidos seus filhotes, que as tetas das vacas estejam cheias. Não há mecanismo que possa apressar essas operações [...]. Sem dúvida há períodos de pressa, dias em que se descansa, mas são irregularidades que sustentam o conteúdo do tempo e não alteram seu curso. [O mesmo acontece com a cidade, em que] os pensamentos que o preenchem [o dia] são mais numerosos, mas também mais breves... (HALBWACHS, 1990, pp. 119 e 120).

Em outra perspectiva, Holanda (1995), ao pensar a herança rural em *Raízes do Brasil*, coloca que as bases rurais brasileiras estão marcadas por organizações como o latifúndio e o escravismo e que as cidades eram, ao menos no início da formação brasileira, extensões dos domínios rurais. Segundo ele, o engenho, por ser uma organização praticamente autossuficiente, detinha o poder local, centralizado na família patriarcal. Nesse sentido, os “interesses da família” estavam acima dos interesses dos demais, dando início ao patrimonialismo. O resultado, segundo o mesmo autor, era “predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 1995, p. 82).

Relacionando o rural como o domínio dos donos de engenho ⁵ Holanda (1995) observa que as formas de articulação política destes para permanecerem no poder influenciaram grandemente as formas como se entende, hoje, a relação público-privado no Brasil. Assim, o rural também é associado com o lugar em que as relações pessoais se confundem com as relações públicas, por meio de práticas como o apadrinhamento político, nepotismo,

5 E não, propriamente, como o lugar dos camponeses haja vista que no período colonial, e mesmo nos tempos atuais, são os fazendeiros que detém o monopólio da maioria das terras cultiváveis no Brasil.

entre outros. Embora nas cidades também se apresentem tais práticas, é o campo que é entendido como o espaço, por excelência, em que estas são mais visíveis, menos camufladas, sendo, inclusive, justificadas.

Diante disso, observa-se que as representações que constituem as imagens do campo e da cidade no Brasil são marcadas por estereótipos que essencializam as características dessas regiões, demarcando rigidamente suas “fronteiras”. Nesse sentido, utiliza-se como conceito de região o entendimento de Bourdieu (2010, p. 113), qual seja, “princípio de di-visão, ato mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis*, que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória na continuidade natural”. E fronteira, como “vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território, em impor a definição [...] legítima, conhecida e reconhecida, [...] do princípio de di-visão legítima do mundo social” (idem).

Nesse entender, ao se colocar o campo e a cidade como regiões, ou seja, como o produto de uma di-visão, portanto, social e não natural, que estabelece critérios de descontinuidade numa continuidade anterior (por exemplo, geográfica, de faixa etária, etc.), indaga-se, de que forma tal definição (conhecida e reconhecida) dos mesmos foi construída? Por quais agentes? E que forças sociais, econômicas e/ou políticas, estão em disputa pela manutenção/alteração desse princípio de di-visão legítima? Assim, para compreender tais questões, é necessário entender o paradigma em que a oposição campo X cidade foi construída no Brasil, a saber, o paradigma da “modernidade”.

Importante observar que tal conceito foi proposto, nessa concepção que o entendemos hoje, inicialmente por Théophile Gautier e Baudelaire no contexto da França do Segundo Império, quando a Revolução Industrial está se impondo (Le Goff, 1990). Até então o termo “antigo” era utilizado como sinônimo de Antiguidade, de Clássico; e “moderno” era utilizado para se referir à Antiguidade em contraposição à Idade Medieval, assim, principalmente no Renascimento, ser “moderno” era contrapor-se à Idade Média, voltando-se para a Antiguidade Clássica greco-romana. No entanto, com a industrialização, o moderno deixa de

ser atrelado ao antigo passando a serem considerados em lados opostos. Assim, a sociedade moderna industrial é uma sociedade que “rompeu” com seu passado.

É, pois, fundamentalmente no século XIX que o termo “moderno” passa a ser entendido como sinônimo de progresso, evoluído em relação ao antigo. Assim, ocorre um alargamento da noção de moderno, do presente para o futuro, numa concepção linear da História. Nesse sentido, Machado (2005) fundamenta:

A categoria de progresso inclui experiências históricas em uma única história com tendência a abraçar toda a humanidade, implicando na orientação do agir humano para o futuro, entendendo o passado como um erro a ser superado com o progresso. Dessa forma, se estabelece uma concepção de tempo linear e uma visão escatológica de história (o fim último das sociedades é a ‘civilização’ e/ou a ‘modernização’), o que legitima o projeto modernizador que tem por modelo as sociedades europeias (MACHADO, 2005, p. 45).

Nesse sentido é que as sociedades modernas vão ser entendidas ora como pós-tradicionais ou mesmo anti-tradicionais haja vista que cada vez com mais frequência o moderno será entendido como o mais recente, o mais atual, o “moderníssimo” e os demais cada vez mais rapidamente vão sendo entendidos como ultrapassados, arcaicos ou mesmo “fora de moda”. No entanto, Le Goff (1990) coloca que, em outros momentos, esse “arcaico” também é reapropriado pelo moderno, ressignificado assim em “moda retrô”. Nesse entender, ao associar a cidade como o lugar do “moderno” e o campo como o lugar do “arcaico”, ora esses dois espaços são encarados como oposição ora como complementaridade, em que para deixar de ser “arcaico”, o campo também se “moderniza”.

A “modernidade” assim instaurada se apresenta, segundo Berman (1986 *apud* MACHADO, 2005, p. 47), sob dois aspectos: o modernismo e a modernização. O primeiro se refere a um

“movimento intelectual e cultural relacionado à “modernidade”, um movimento estético que oscila entre o efêmero e o eterno”; já a modernização é “um conjunto de transformações econômicas e sociais delineadas a partir da emergência do sistema capitalista” (idem). Nesse sentido, a “modernidade”, enquanto um complexo que envolve mentalidades, costumes e criação estética próprias, está fundamentalmente articulada a reorganização produtiva, fundamentalmente à expansão do capitalismo industrial.

Sendo, pois, a fábrica, sua infraestrutura subjacente, como estradas e automóveis, e a circulação de mercadorias, os sinônimos da “modernidade” que também passa a ser associada ao “desenvolvimento”, a cidade se torna o espaço privilegiado para o dinamismo da vida moderna. E à despeito das desigualdades inerentes à acumulação capitalista, a cidade também vai ser o espaço dos “cidadãos”, ou seja, onde se vão concentrar as políticas públicas, os equipamentos públicos executores dos direitos sociais, como escolas, hospitais, delegacias, entre outros, ou seja, onde vão se concentrar as ações estatais em resposta ao acirramento da questão social.

E quanto ao campo? A esse foi destinado o espaço da não-modernidade, do que está fora do progresso e do desenvolvimento, embora seja o mesmo que dá os subsídios, ou seja, as condições materiais para que a cidade possa se industrializar, mediante a venda dos produtos primários. Nessa discussão a respeito da questão campo X cidade, duas posições dicotômicas são apresentadas (Machado, 2005): uma que defende a dissolução do rural em favor do urbano (desruralização), isso devido ao crescimento das cidades e ao aumento das migrações; e outra posição que defende um *continuum* rural-urbano, dada a complexificação das cidades e a progressiva modernização do campo.

Dessa forma, entende-se que o paradigma da “modernidade” traz à tona os paradoxos da relação antigo/moderno enquanto modelos de interpretação da relação campo/cidade no Brasil. Ao entendermos que ora o moderno se opõe ao antigo para se mostrar superior a ele e ora se utiliza do antigo como expressão da “modernidade”, coloca-se que também ora a cidade se opõe e

sobrepõe ao campo como símbolo de sua “modernidade” e ora se estende a ele ao expandir a modernização capitalista a esse espaço. Nesse processo, a “modernidade” esquece seu próprio passado rural, dissolvendo as tradições na busca pela generalização de um padrão cultural urbano, em sua maioria, proveniente dos países do centro capitalista mundial.

3 REPRESENTAÇÕES CAMPO X CIDADE E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: os paradoxos da “modernidade” no contexto maranhense

Na perspectiva de análise da *de-formação* do Maranhão Contemporâneo, conceito que permite compreender tanto os elementos que o *conformam*, ou seja, que contribuem para dar ao Maranhão a forma com que este é encarado hoje, quanto os que o *de-formam*, alterando essa forma construída em que o entendemos, é que se discutirá a respeito da presença das comunidades quilombolas no Estado.

Nesse ponto, embora o Maranhão possa ter sido considerado uma sociedade escravista tardia⁶, tendo a comercialização de africanos escravizados se regularizado somente na segunda metade do século XVIII, Assunção (1996) ressalta que

o Maranhão apresentava, às vésperas da Independência, a mais alta porcentagem de população escrava do Império (55%), concentrada nas fazendas de algodão e arroz, mas tarde também de açúcar, situadas nos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré e na baixada ocidental. Por outro lado, o Maranhão não conseguiu atrair

6 Assunção (1996) evidencia que embora houvesse a incorporação de alguns africanos escravizados desde o século XVII, é somente no último quartel do século XVIII que o Maranhão apresentará todos os traços de uma escravidão agrícola plenamente desenvolvida. Tal se deve principalmente pela criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777) que importou, durante seu período de funcionamento cerca de 12 mil “peças”.

uma significativa imigração europeia. Destarte, a população branca, ou considerada como tal, sempre foi bastante reduzida, não passava, em 1821, de 15% (ASSUNÇÃO, 1996, p. 434).

Desta feita, percebe-se que a população escravizada no Estado era muito grande, o que, atrelada à questão geográfica (presença de muitas matas com muitos rios e riachos) favoreceu a existência e permanência de muitos quilombos de médio e pequeno porte durante o período escravagista. Estes se concentravam ao redor das fazendas de arroz, algodão e açúcar, nos vales dos rios anteriormente citados e frequentemente tinham ajuda da população local, livres pobres, em sua maioria mestiços, que facilitavam a intercomunicação entre escravizados e quilombolas bem como em relação ao comércio, na troca de farinha (produzida nos quilombos) por armas (Assunção, 1996).

No entanto, a partir da proibição do tráfico negreiro (em 1855), o preço dos escravizados aumentou consideravelmente, o que impeliu muitos senhores de engenho maranhenses a venderem seus escravos para o sul/sudeste do Brasil, para as plantações de café, de forma que os ciclos agrícolas de algodão e açúcar no Maranhão, que já estavam em crise, entraram em declínio. Nesse período (segunda metade do século XIX) ocorreu a proliferação dos quilombos, muitos formados por fugas de escravizados para as matas, outros pela ocupação da própria fazenda pelos escravizados, devido à fuga dos senhores para as cidades (Almeida, 2011).

Ao longo do século XX, os antigos quilombos maranhenses foram se acamponesando de modo que formaram um tipo de campesinato autônomo, baseado no provisionamento familiar. Com o decorrer do tempo, tais agrupamentos passaram a reproduzir-se social e culturalmente através de práticas e saberes tradicionais, transmitidos pela oralidade, como o plantio nas roças, o uso da “argila do campo” na construção de casas, produção de chás e “garrafadas” com plantas medicinais, danças e festas tradicionais como o tambor de crioula, o forró de caixa, as festas de santo e a pajelança (religião sincrética que mistura elementos de matriz africana, católica e indígena muito comum

na região da Baixada Maranhense), entre outros.

A partir da Constituição Federal de 1988, e visando uma reparação do Estado brasileiro a uma dívida histórica para com a população negra, escravizada durante mais de 300 anos neste país, elaborou-se o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que garante o título definitivo das terras ocupadas para as comunidades remanescente dos quilombos. Nesse sentido, o Maranhão é o segundo Estado brasileiro com maior número de comunidades certificadas, com seu número passando de 300, perdendo apenas para o Pará (INCRA, 2012). Embora não se saiba ao certo quantas comunidades existam no Estado, sabe-se minimamente que dos 217 municípios maranhenses, 134 possuem comunidades quilombolas (Almeida, 2011).

Dessa forma, devido à grande quantidade de comunidades quilombolas presentes no Estado e à ausência de outro sistema produtivo que dinamizasse a economia maranhense⁷, na primeira metade do século XX, o Maranhão permanece atrelado fortemente ao campo, de um lado, com a produção de alimentos nas comunidades rurais autônomas, e de outro, nas mãos dos grandes fazendeiros, detentores do mandonismo local. Tais mandatários, ao entenderem a coisa *pública* como extensão da própria casa (Holanda, 1995), vão ser responsáveis em grande parte pela estagnação ocorrida no campo, expressas nas altas taxas de analfabetismo, mortalidade, desnutrição, pobreza, entre outros – o que marcará profundamente a imagem que se tem atualmente do mundo rural no Maranhão e no restante do Brasil.

No entanto, é fundamentalmente a partir da segunda metade do século XX que o discurso da “modernidade” passa a ser inserido neste estado, atrelado a uma reinserção do Maranhão na Divisão Nacional do Trabalho. Assim é que a presença da oligarquia Sarney (desde 1965 até os dias atuais) terá importante papel

7 Neste período têm-se dois surtos econômicos no Estado, a saber: um industrial, principalmente da indústria têxtil, e outro de exploração do coco babaçu, em que este era colhido nas comunidades rurais e vendido para grandes empresas estrangeiras; mas como foi dito, não passaram apenas de surtos econômicos.

ideológico no processo de modernização econômica do espaço regional, ao trazer para si a imagem do “novo” e do “moderno” que vai tirar o Maranhão da situação de “atraso” em que se encontra (Costa, 1997). Nesse sentido, é a oligarquia, na figura do então governador José Sarney, que vai inserir o Maranhão no discurso nacional-desenvolvimentista da ditadura militar. Textualmente, Costa (1997) esclarece:

A ascensão da nova oligarquia⁸ coincidiu com o movimento de expansão do capitalismo monopolista do centro-sul do país para o centro-norte e a Amazônia, acelerado pelos governos militares. A nova oligarquia tentou se situar nesse processo, adotando uma prática e um discurso desenvolvimentistas, procurando preservar para si determinadas funções de mediação entre o Estado e os interesses privados, através da adaptação da estrutura do governo estadual e sua utilização patrimonial, ao mesmo tempo em que subordinava, de forma muito estreita, a ‘máquina’ do Estado aos interesses da acumulação de capital (COSTA, 1997, p. 15).

Assim, como expresso anteriormente, o paradigma da “modernidade” vem atrelado a dois movimentos, quais sejam, o modernismo e a modernização, sendo o primeiro um movimento intelectual e cultural de mudanças que traz à tona os valores da “modernidade”; já o segundo aspecto se refere às alterações econômicas trazidas pela mesma. Nesse sentido, percebe-se que, no caso do Maranhão, a oligarquia é responsável pelos dois movimentos uma vez que o grupo Sarney não era apenas a oposição política à oligarquia Victorinista, mas também se autointitulava uma oposição cultural já que José Sarney e seus pares faziam parte da “Geração de 45”, movimento modernista que “renovou e vitalizou o ambiente cultural maranhense no pós

8 O termo “nova oligarquia” é utilizado por que, antes da oligarquia Sarney, quem detinha o poder político-econômico no Maranhão era a oligarquia de Victorino Freire (1946-1965).

2ª guerra” (COSTA, 1997, p. 08).

Já no que se refere à modernização, a nova oligarquia, como já foi dito, também se preocupou em garantir a inserção do Maranhão na Divisão Nacional do Trabalho, por meio de ações como a criação de organismos de planejamento, como a SUDEMA (Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão), o investimento em infraestrutura, transportes e energia (Porto do Itaqui, Hidrelétrica Boa Esperança, etc.) e a prioridade dada aos grandes projetos agropecuários em detrimento dos pequenos produtores rurais (Costa, 1997). Um exemplo da “modernização” da estrutura da propriedade fundiária no Estado é a criação da Lei de Terras (Lei nº 2.979, de 17 de Junho de 1969).

Segundo Pedrosa (s/ ano), as terras maranhenses deveriam ser utilizadas como “válvulas de escape” para os conflitos das regiões de colonização antiga. Também deveriam funcionar como um polo de atração para grupos empresariais com a missão de promover a “modernização” no campo. Assim, as empresas que adquiriram as terras devolutas maranhenses foram atraídas por valores muito abaixo do preço de mercado, sem concorrência pública ou leilão, sem juros e sem correção monetária. Mas, ao se depararem com a realidade local, perceberam que essas terras não estavam “vazias”, mas que havia famílias e comunidades inteiras organizadas morando ali. Então, deu-se início ao processo de “limpeza” (inclusive étnica) desses territórios, com a morte ou expulsão de centenas de camponeses para as periferias das cidades.

Dessa forma, pode-se entender que o paradigma da “modernidade” é construído externamente ao Maranhão e ao Brasil (tendo se iniciado nos países do centro capitalista), mas ao ser trazido a esta região, se *de-forma*, adquirindo características inteiramente novas e próprias. Nesse sentido, contraditoriamente, é a oligarquia atrelada à ditadura militar, portanto dois retrocessos políticos, que trazem à baila, no Maranhão, o discurso da “modernidade”, do avanço e do “novo”. Assim, é o velho (oligarquia/ditadura) travestido de moderno (ideologia desenvolvimentista) que pinta o tradicional (as comunidades rurais) com cores de “ultrapassado” visando sua dissolução na opaca modernização (conservadora)

da agricultura.

Outra característica própria da “modernidade” maranhense é que esta, diferentemente dos países centrais onde estava atrelada à industrialização das cidades, não vai se relacionar propriamente à expansão de fábricas, mas à modernização da agricultura. Ou seja, é o próprio campo, visto como local do atraso, do antigo e da estagnação que precisa ser modernizado e, para tanto, se favorece a expansão do agronegócio e das monoculturas, desde a década de 1970 até os dias atuais. Desta feita, nota-se que o discurso da “modernidade” ideologicamente legítima a expansão e a exploração capitalista no campo em detrimento de práticas tradicionais de relação com a terra.

Nessa compreensão, a expansão do agronegócio no Maranhão pode ser assim mapeada, segundo Azar (2011):

Há produção de **eucalipto** nas regiões de Urbano Santos, Caxias, Açailândia, Imperatriz e Grajaú, criando nestas regiões imensos ‘desertos verdes’. O **bambu** e a **cana-de-açúcar** podem ser encontrados nas regiões de Coelho Neto, Duque Bacelar, Aldeias Altas, expandindo-se para Presidente Dutra, Tuntum e Campestre. No específico da **soja**, esta saiu do espaço Sul do Estado e seguiu rumo ao Norte e se instalou com grandes áreas de plantio na região Baixo-Parnaíba. Associa-se a estes tipos de produção, a prática da **pecuária extensiva**, cuja atuação abrange quase todas as regiões do Estado, e caracteriza uma especificidade importante do agronegócio (AZAR, 2011, p. 07 – grifos meus).

Nesta senda, como ficam as comunidades tradicionais? A esse respeito, na relação tradicional/moderno, no contexto da “modernidade”, Le Goff (1990) afirma que esta pode se dar de três formas, a saber: a) *modernização equilibrada*, em que a penetração do “moderno” não destruiu os valores do “antigo”; b) *modernização conflitual*, que atingindo apenas uma parte da sociedade, ao tender para o “moderno”, criou conflitos graves

com as tradições antigas; c) *modernização por tentativas*, que, sob diversas formas procura conciliar “moderno” e “antigo”, não através de um novo equilíbrio geral, mas por tentativas parciais. Nesse entender, a *modernização conflitual* parece ser a marca da relação tradicional/ moderno no Maranhão Contemporâneo.

Dessa forma, observa-se que, no Maranhão, a modernização atingiu apenas parte da sociedade, de forma que criou grandes conflitos com as comunidades tradicionais, que ocupam parte significativa do campo maranhense. Nesse sentido, o agronegócio encara de forma negativa a titulação definitiva das terras das comunidades quilombolas (presente no texto constitucional), por meio de sucessivas declarações na grande mídia sobre “os riscos que a regularização dos territórios quilombolas representam para o desenvolvimento, para as fronteiras, para o projeto nacional, entre outros” (LEITE, 2008, p. 972). Esses setores baseiam-se em argumentos que afirmam a improdutividade da terra em mãos dos quilombolas, quando na verdade são eles próprios, através da especulação, que a tornam improdutiva.

Assim, observam-se as disputas e as correlações de forças para que o “tradicional” seja destruído ou diluído no “moderno”, e para isso se utilizam do discurso da “modernidade”, com suas representações acerca da relação campo X cidade (entendida no par antigo/moderno). Sendo a sociedade moderna, uma sociedade que, em busca do futuro, rompe com seu passado, as representações acerca deste não estão situadas apenas no tempo, mas também no espaço: desta feita, o lugar do passado (que deve ser esquecido ou transformado) é o campo, o mundo rural, como mundo subalternizado e subdesenvolvido.

Os paradoxos disso no Maranhão são evidentes. Sendo um Estado eminentemente rural, em que a industrialização não se consolidou efetivamente, o campo não pode ser associado totalmente com “atraso”, então, partes desse campo, interligadas diretamente com o mercado nacional e internacional, responsáveis pela expansão do agronegócio e das monoculturas de eucalipto, soja e cana-de-açúcar, vão ser encaradas como as portadoras do “desenvolvimento” (entenda-se da “modernidade”) no Estado. Então, nessas glebas, o paradoxo antigo X moderno encarado,

nos demais países e mesmo no centro da economia nacional, como a oposição campo X cidade, no Maranhão, será marcado pela oposição “campo industrializado” X “campo tradicional”, em que as representações atribuídas à cidade serão relacionadas ao primeiro termo da sentença e o que se relaciona ao campo, ao segundo.

Dessa forma, mesmo com a promulgação do direito territorial quilombola na Carta Magna, os conflitos no campo maranhense estão longe de terem um fim. Por trás do discurso da tradição – negado pelo agronegócio e reafirmado pelas comunidades quilombolas – encontra-se a disputa real, material, que é pela afirmação ou negação de *uma forma de vida*, que, no caso dos quilombolas, se apresenta como: ou permanecerem autônomos e independentes, donos não só de sua força de trabalho, mas também de sua produção e dos meios de produção, ou tornarem-se trabalhadores temporários no campo, sem garantias trabalhistas na maioria das vezes, dependentes das necessidades de valorização do capital. Diante desse quadro, não se trata agora de uma questão de escolha, mas sim de uma questão de luta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a respeito das representações campo X cidade no Brasil a partir do paradigma da “modernidade” permitiu perceber que as imagens hoje cristalizadas acerca desses dois espaços estão inseridas numa lógica de industrialização, que busca romper com o “antigo”, o “passado” e o “tradicional” em busca do “novo”, do “moderno” e do “desenvolvido”. Nesse sentido, ao se entender o campo e a cidade como regiões, na perspectiva de Bourdieu (2010), portanto, como construções sociais que criam uma descontinuidade numa continuidade natural, e que ao delimitar determinada *região* também delimita e hierarquiza determinados grupos sociais, entende-se que o “campo” e a “cidade” não estão dados *a priori*, mas foram construídos socialmente.

Tal construção, nesse entender, se deve às próprias necessidades de valorização e de expansão do sistema capitalista, que a partir de suas necessidades, produz um espaço (Harvey, 2005) de circulação

de mercadorias e de industrialização e outro, de produção de produtos primários. Assim, o paradigma da “modernidade” articula-se a essa modernização, mas não só a ela, pois que também há uma mudança intelectual e cultural subjacente (o modernismo), que privilegia os valores da “modernidade” ascendente, tais como a velocidade, o fugaz, o efêmero, entre outros. Neste contexto, busca-se uma ruptura com a tradição e com o passado ao se voltar para o futuro.

No Maranhão, tais aspectos da “modernidade” – o modernismo e a modernização – foram levantados pela oligarquia Sarney, a partir da década de 60. No aspecto cultural-literário, José Sarney fez parte da “Geração de 45” que, entre outras coisas, buscava afirmar a identidade maranhense, relacionando-a com a cultura popular (tambor de crioula, bumba-meu-boi, etc.). Assim, observa-se que a cultura (popular) é então encarada como “manifestações culturais”, como danças, cantos, comidas, lendas e tradições, e não como a capacidade, propriamente humana, de dar significado às coisas (conceito mais amplo).

No aspecto da modernização, esta também está atrelada à oligarquia que, ao utilizar o discurso nacional-desenvolvimentista da ditadura militar, buscava elevar o Maranhão a um “Novo Tempo” . Nesse entender, para a nova oligarquia, não havia contradição entre antigo X moderno no Maranhão, pois que de um lado o então governador incentivava as manifestações culturais (símbolos do “tradicional”), e de outro, incentivava a modernização na agricultura (símbolo do “moderno”). Assim, encarando o campo como homogêneo e fora da categoria da “tradição”, e inserido no “atraso”, as comunidades quilombolas e demais camponeses foram os mais prejudicados pelo discurso da “modernidade” maranhense.

Dessa forma, pode-se entender que a *de-formação* do Maranhão Contemporâneo está entrecortada por essas contradições que formam e deformam o olhar construído sobre este Estado, sobre suas gentes e suas formas de vida. Assim, a necessidade exagerada sentida por alguns para ser tão mais “moderno” quanto possível é fruto dessas contradições e ambiguidades. E um Estado rural que quer se “modernizar” a qualquer custo é um Estado que tem,

acima de tudo, um olhar de-formado das gentes e dos territórios que o compõem. No auge dessa cegueira (consentida?), quando se espera enfim alcançar a dita “modernidade”, opera-se o seu reverso, no mínimo, uma modernidade invertida.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os quilombos e as novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhring. Quilombos Maranhenses. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 433-466.

AZAR, Zaira Sabry. A concentração fundiária como centralidade da questão agrária no Maranhão. In: *V Jornada Internacional de Políticas Públicas – UFMA*. São Luís, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, Wagner Cabral da. *Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”:* a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, 1997 (Mimeo).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INCRA. *Territórios Quilombolas*. Relatório do Incra 2012. Brasília-DF, 2012.

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão (et al). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, pp. 167-203.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos Feministas*. Florianópolis, RJ: n. 16, v. 03, set-dez/ 2008, pp. 965-977.

MACHADO, Flávia Pereira. *Representações do mundo rural: identidades em construção em um espaço de conflitos (Campo Florido – MG)*. Goiânia, GO, 2006, 141 p. (Dissertação).

PEDROSA, Luis Antonio Câmara. A Questão Agrária no Maranhão. s/ano. Disponível em: <<http://www.abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>>. Acessado em 20/10/12.

POCHMANN, Márcio. Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho. S/ano. Disponível em: <<http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>>. Acessado em 05/02/13.

SCHONNOR, Júlia. A representação do viver no campo: o estereótipo do homem e do espaço rural na televisão. Santa Maria, RS, s/ano. In: *IV SIPECOM – Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação: Estratégias e Identidades Midiáticas*.

Recebido em 18/11/2013
Aprovado em 14/01/2013